

Relatório da
Administração

2011

GAS BRASILIANO

SUMÁRIO

1. Carta ao Acionista	2
2. Objeto Social	3
3. Destaques de 2011	4
4. Gestão Econômica Financeira	5
5. Gestão Comercial	9
6. Gestão dos Investimentos	12
7. Gestão de Pessoas	14
8. Responsabilidade Socioambiental	15
9. Demonstrações Financeiras	17
10. Parecer do Conselho Fiscal	47

1. Carta ao Acionista

Prezado Acionista,

A Administração da GAS BRASILIANO submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2011.

Em 29/7/2011 foi concluída a compra da GAS BRASILIANO pela Petrobras Gas S.A. – GASPETRO, controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS.

O exercício de 2011 foi marcado pela alta do preço do petróleo e pela valorização do dólar americano em relação ao real, o que gerou o aumento no custo de aquisição do gás natural, exigindo esforços da Administração para assegurar a sua competitividade frente a outros energéticos.

Ainda assim, a Companhia apresentou desempenho em 2011 superior ao ano anterior, com expansão do número de usuários atendidos, com aumento da margem de contribuição e do resultado líquido, destacando-se o recorde de vendas no mês de dezembro de 1 milhão de m³/dia de gás natural, o que demonstra seu compromisso com os clientes e com o acionista.

Em termos de investimento, foram empregados R\$ 18,7 milhões, tendo sido grande parte deste investimento destinado à ampliação da malha de distribuição, com o conseqüente aumento de municípios atendidos e a ampliação do acesso à infraestrutura do gás canalizado, cumprindo desta forma o papel de atender aos interesses da sociedade onde atua, com reflexos positivos para todo o Estado de São Paulo.

Foram desenvolvidas também ações de aprimoramentos nas práticas de governança, visando implantar um modelo de gestão alinhado com as diretrizes corporativas do controlador, contudo, resguardando as boas práticas já existentes na Companhia, buscando a melhoria contínua dos processos com visão de médio e longo prazo.

Agradecemos aos colaboradores, clientes e fornecedores pelo apoio demonstrado e agradecemos também ao Conselho de Administração pela confiança depositada.

A DIRETORIA EXECUTIVA

2. Objeto Social

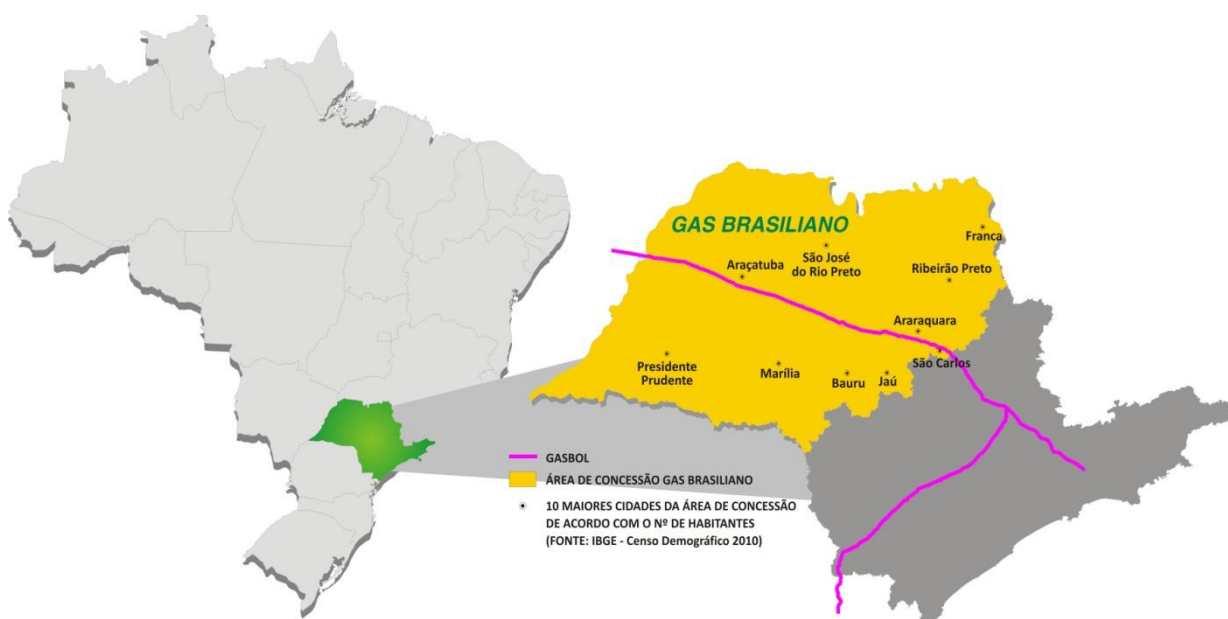
A Gas Brasileiro Distribuidora S.A. tem como objeto social a atividade de distribuição e comercialização de gás natural na Área Noroeste do Estado de São Paulo, como estabelecido no Contrato de Concessão, com duração de 30 anos e possibilidade de prorrogação por mais 20 anos, firmado no dia 10 de Dezembro de 1999.

A atividade compreende a construção de redes de distribuição e a venda de gás natural nos setores residencial e comercial em regime de exclusividade por toda a duração da Concessão e, nos setores Industrial e termoeletrico, em regime de exclusividade a partir da entrada em operação do sistema de distribuição por 12 anos e não superior a 20 anos do início da Concessão.

As atividades da Companhia são reguladas pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP.

Área de Concessão

A área de concessão da Gas Brasileiro localiza-se na região Noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios com uma população de 8,3 milhões de habitantes*.



* - Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

3. Destaques de 2011

Crescimento das vendas – O crescimento do volume de vendas foi de 20,1%, saltando da média diária de 648,1 mil m³/dia em 2010 para 778,5 mil m³/dia em 2011. Destaca-se o atingimento da marca de 31,3 milhões de m³ de gás distribuídos em um único mês – dezembro, com média diária de 1 milhão m³, registrando o pico de venda de 1,14 milhão m³ em 1/12/2011.

Ampliação da rede de distribuição – Em 2011 a Companhia investiu R\$ 18,7 milhões, os quais foram direcionados principalmente à construção de 50,9 km de novas redes de distribuição, ampliando a malha existente para 805,8 km.

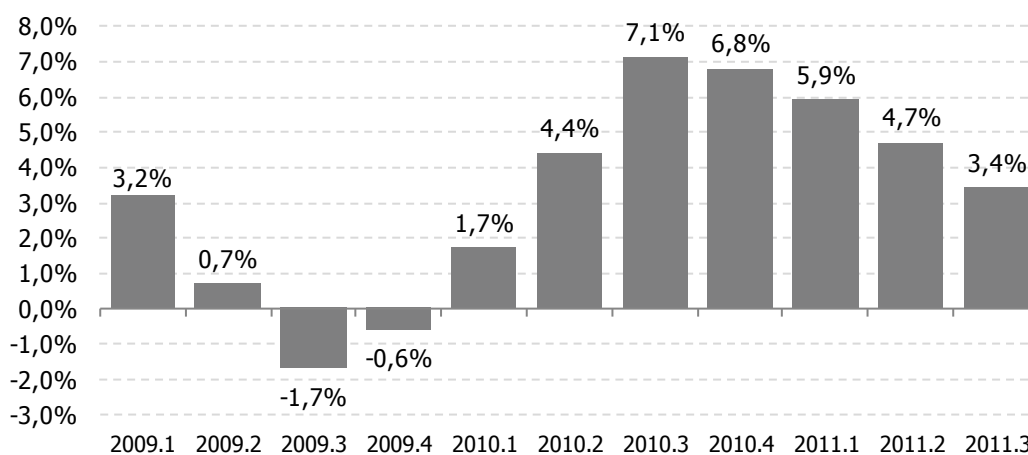
Participação nos leilões de gás – A Companhia adquiriu 54 milhões de m³ de gás através de leilões de curto e curtíssimo prazo, o que representa 19% do volume total distribuído, resultando em um impacto positivo no custo do gás.

Certificação ISO – Em 2011 a Companhia obteve a recertificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma NBR ISO 9001:2008, não registrando qualquer tipo de não conformidade, estando 100% adequada a todos os requisitos estabelecidos pela norma de referência.

4. Gestão Econômica Financeira

Conjuntura Econômica

A análise do desempenho do PIB paulista, apresentado no gráfico 1 a seguir, mostra que a economia do Estado se mantém em crescimento desde 2010, embora em menor ritmo no último ano.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Gráfico 1: Taxas do Produto Interno Bruto a Preços de Mercado, em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores - Estado São Paulo

Em relação ao setor de processamento de laranja, que corresponde a 24,9% dos volumes de vendas da Companhia no ano, ressaltamos que devido principalmente a fatores climáticos, estima-se um crescimento de 26,6% na produção comercial da laranja para a safra 2011/12 em comparação com a safra anterior, de acordo com a 3ª Estimativa da Safra de Laranja no Estado de São Paulo publicada pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) em dezembro de 2011.

Agregando-se a este fato, a oferta de bagaço de cana, importante concorrente do gás natural na matriz energética no segmento Industrial na região, registrou uma redução de 22,0% no 2º trimestre de 2011 em comparação com o mesmo período de 2010 e uma redução de 10,4% no acumulado de 12 meses (julho/10 a junho/11), como consequência direta da redução da produção de cana-de-açúcar, conforme Boletim de Conjuntura Energética do 2º trimestre de 2011 publicado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Segundo o mesmo Boletim, a partir dos leilões de energia de reserva iniciados no ano de 2008, parte do bagaço disponível é destinado à geração de eletricidade para o sistema elétrico integrado, colaborando ainda mais para diminuição da oferta do bagaço.

O preço de aquisição do gás natural, em dólar americano, aumentou 25,3% em 2011, passando de 7,5478 US\$/MMBtu no 4º trimestre de 2010 para 9,9578 US\$/MMBtu no 4º trimestre de 2011 e o dólar teve uma valorização de 12,6% frente ao real (comparando-se a cotação do último dia de cada ano). O preço do gás sem impostos, em reais, aumentou 47,4% no ano, passando de 0,4835 R\$/m³ em dezembro de 2010 para 0,7128 R\$/m³ em dezembro de 2011.

A participação nos leilões de gás permitiram à Companhia reduzir os efeitos do aumento do preço, uma vez que o preço médio do volume adquirido nesta modalidade foi de 0,4061 R\$/m³.

Resultados Financeiros

A Demonstração de Resultados simplificada a seguir apresenta os resultados dos dois últimos exercícios.

DRE Simplificado (mil R\$)	2011	2010	2011 x 2010 Var. %
Receita Líquida	213.155	172.064	23,9
Custo do Produto Vendido	-155.228	-119.477	29,9
Margem de Contribuição	57.927	52.588	10,2
Despesas Operacionais	-44.088	-41.325	5,8
Resultado Operacional	13.839	11.263	26,2
Resultado Financeiro	4.453	4.743	-6,1
Resultado antes dos Impostos	18.292	16.006	16,6
IR e CSSL	-2.668	-2.496	6,9
Resultado Líquido do Exercício	15.624	13.511	15,6
EBITDA	30.307	26.358	15,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	66.549	51.255	29,8

Situação e evolução do Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido (mil R\$)	2011	2010	2011 x 2010 Var. %
Capital Social	587.364	587.364	-
Prejuízos Acumulados	-174.601	-190.225	-8,2
Saldo total	412.763	397.139	3,9

Os gráficos 2, 3, 4 e 5 a seguir apresentam respectivamente a evolução da receita líquida, da margem de contribuição, do lucro líquido e do saldo da conta gráfica, em relação ao ano anterior.

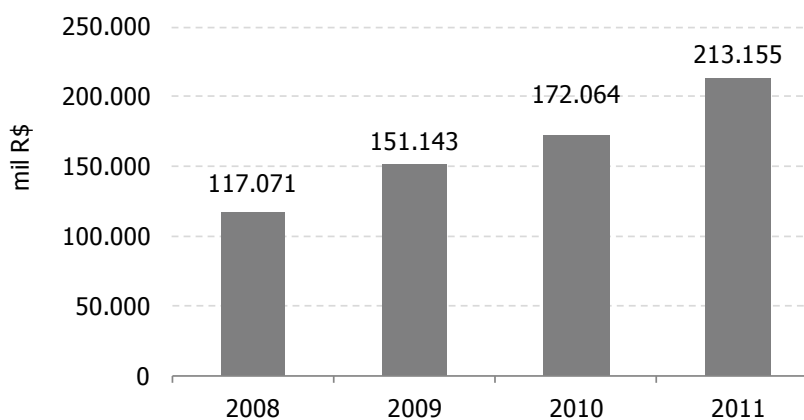


Gráfico 2: Receita Líquida

No acumulado do ano, a receita líquida apresentou um crescimento de 23,9% em relação ao ano de 2010. A composição do crescimento é de +84,3% em função do aumento dos volumes de vendas e +15,7% em função aumento da tarifa média.

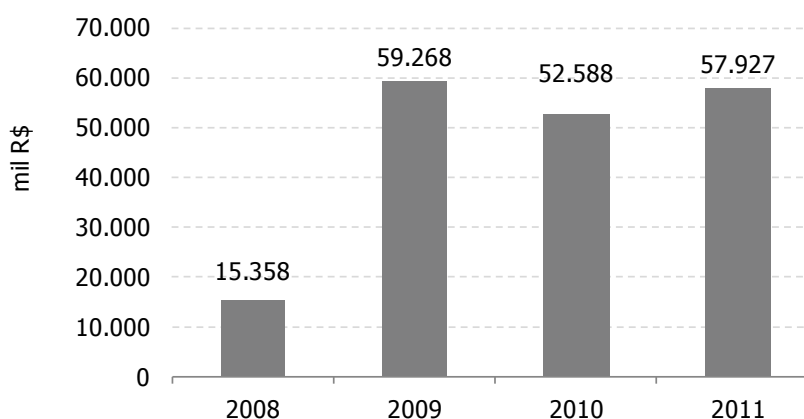


Gráfico 3: Margem de Contribuição

No acumulado do ano, a margem de contribuição apresentou um crescimento de 10,2% em relação ao ano de 2010. O aumento no preço do gás na ordem de 47,4% no ano teve impacto direto no resultado da Companhia.

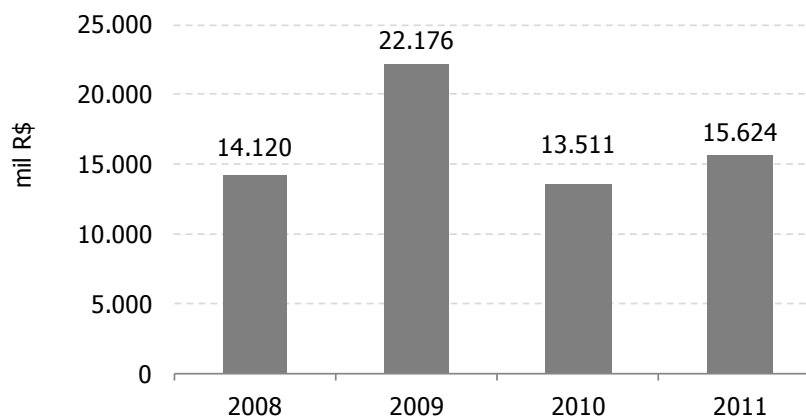


Gráfico 4: Lucro Líquido

O lucro líquido da Companhia cresceu 15,6% no acumulado do ano em comparação com o ano de 2010. O crescimento é devido principalmente ao aumento da margem de contribuição acima demonstrada.

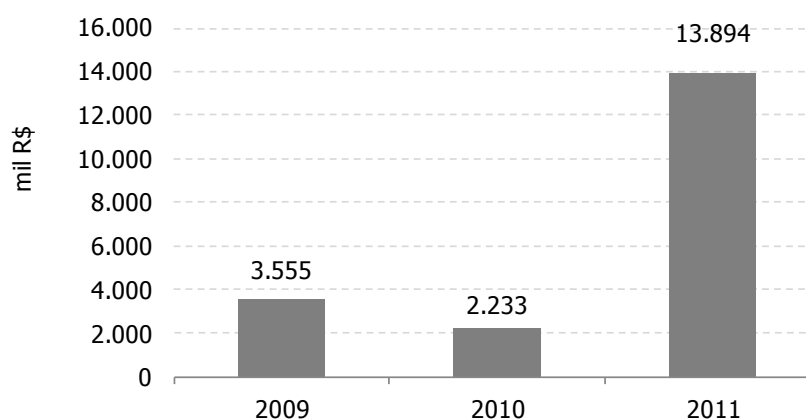


Gráfico 5: Saldo da Conta Gráfica

As diferenças apuradas entre o custo do gás contido nas tarifas anualmente deliberadas e o custo do gás pago ao supridor são registradas através de uma conta gráfica cujo saldo ao final do exercício de 2011 é de R\$ 13.894 mil a débito, ou seja, a Companhia tem o direito de repassar o saldo através de deliberações de reajustes tarifários futuros, a serem autorizados pela ARSESP.

5. Gestão Comercial

O número total de consumidores conectados à rede de distribuição é de 7.944, conforme demonstrado no gráfico 6, registrando crescimento de 13,5%.

Segmento	2008	2009	2010	2011
Industrial ^(*)	58	78	97	118
GNV ^(*)	16	14	14	14
Comercial	240	339	405	449
Residencial	5.486	6.205	6.483	7.363
Total	5.800	6.636	6.999	7.944

(*) Inclui os Usuários no modal GNC

Tabela 1: Evolução do número de Consumidores por segmento

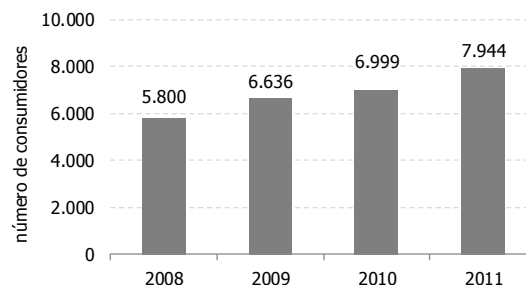


Gráfico 6: Evolução do número de Consumidores

O volume distribuído pela Companhia é destinado aos segmentos Industrial, Gás Natural Veicular, Residencial e Comercial, cuja média diária foi de 778,5 mil m³, conforme gráfico 7 abaixo. O segmento de maior relevância em volume distribuído foi o Industrial com 96%, sendo 13,2% através do modal Gás Natural Comprimido – GNC.

Segmento	2008	2009	2010	2011
Industrial ^(*)	448,83	507,40	619,07	747,35
GNV ^(*)	34,45	23,83	23,35	24,84
Comercial	2,19	3,29	3,69	4,08
Residencial	1,64	1,92	1,95	2,19
Total	487,1	536,4	648,1	778,5

(*) Inclui o volume Distribuído no modal GNC

Tabela 2: Evolução do volume distribuído por segmento

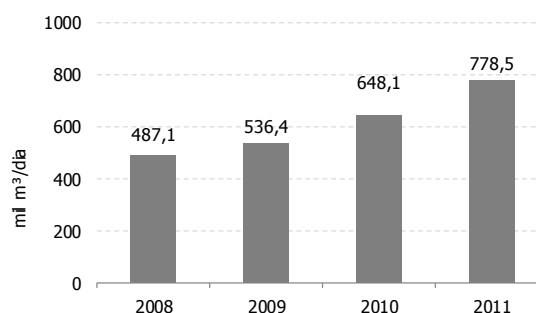


Gráfico 7: Evolução do volume total distribuído

Ressalta-se o aumento de 20,1% no volume total distribuído, com destaque para o segmento Industrial que apresentou crescimento de 20,7% em comparação ao mesmo período de 2010.

O gráfico 8 a seguir mostra o volume de gás natural distribuído nos anos de 2010 e 2011 com a variação percentual mensal, com destaque para os meses de novembro e dezembro, que registraram crescimento de 54% e 83% respectivamente.

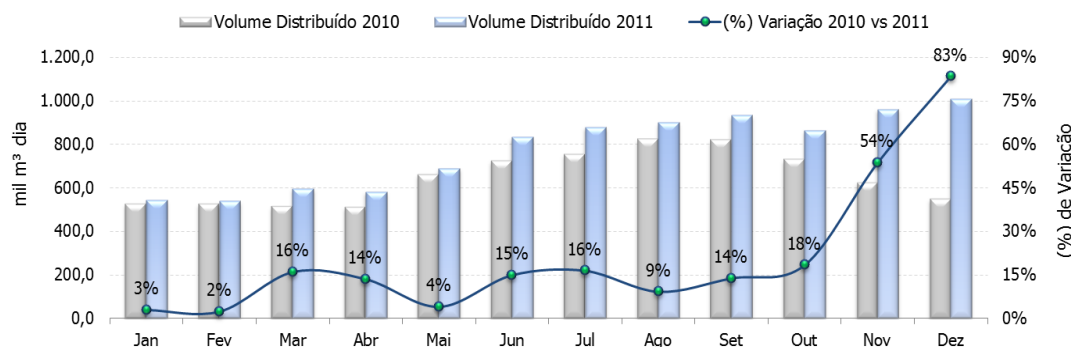


Gráfico 8: Volume Distribuído mês a mês de 2010 e 2011 com a variação mensal.

Contribuiu para o crescimento das vendas a ligação de novos usuários nos setores de Alimentos e Bebidas e de Vidros, além dos impactos oriundos da indústria do suco da laranja.

Especificamente em relação à indústria do suco de laranja, o cenário de escassez e a consequente elevação dos preços da biomassa, relatados pela indústria alimentícia em geral, é um cenário que tem forte tendência de persistir, diferentemente do aumento da safra deste período, considerado fator sazonal.

Em dezembro de 2011 atingiu-se o recorde de vendas diárias com média de 1.009,3 mil m³ de gás natural distribuído. No dia 01/12/2011 foi registrado o pico de vendas, com a marca de 1.144.766,59 m³.

Conforme demonstrado no gráfico 9, o setor de maior destaque é o de Alimentos e Bebidas, que representou 52% de todo o volume distribuído no segmento Industrial no ano.

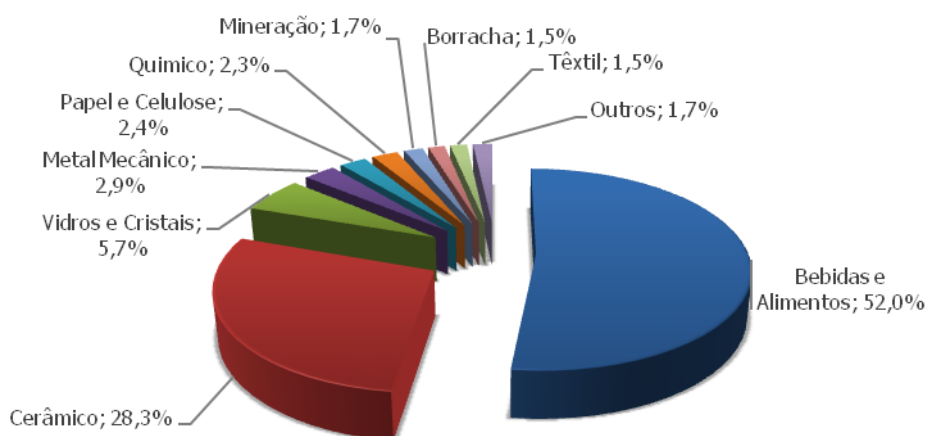


Gráfico 9: Segregação do volume Industrial por setor de Mercado

O segmento de Gás Natural Veicular (GNV) representou 3,2% do volume total distribuído pela Companhia, atingindo volume médio diário de 24,8 mil m³, resultando em um crescimento de 6,4% em comparação a 2010.

O volume distribuído no segmento Comercial atingiu média diária de 4,1 mil m³, o que representou um crescimento de 10,6% em relação ao ano anterior. Destaca-se a quantidade de usuários conectados à rede de distribuição, que passou de 405 para 449 como demonstrado no gráfico 10, representando um crescimento de 10,9%.

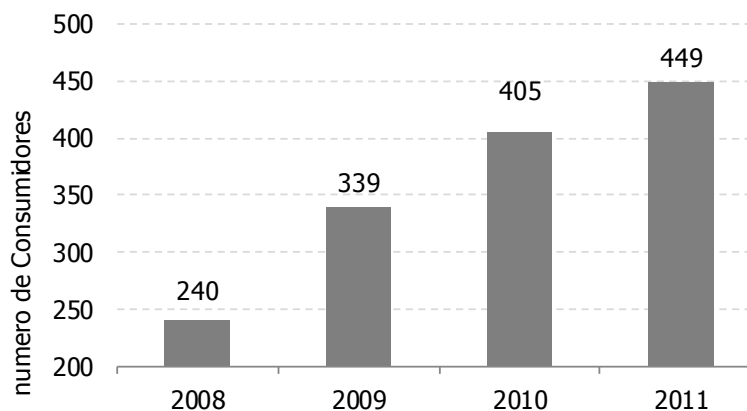


Gráfico 10: Evolução número de Consumidores Segmento Comercial

No segmento Residencial, a quantidade de consumidores de gás natural conectados à rede de distribuição cresceu de 6.483 para 7.363 unidades, o que representa um aumento de 13,6% no número de usuários, atingindo o volume médio diário de 2,2 mil m³, resultando em um crescimento de 12,3% em comparação ao ano de 2010.

Em pesquisa realizada no primeiro semestre de 2011, encomendada pela Companhia à empresa especializada, verificou-se que 98,3% dos usuários se dizem satisfeitos ou muito satisfeitos com a qualidade do serviço prestado.

6. Gestão dos Investimentos

Em 2011 a Companhia investiu R\$ 18,7 milhões, dos quais R\$ 16,2 milhões foram destinados à captação de novos usuários através da construção de 50,9 km de novas redes de distribuição, chegando a 805,8 km de redes em operação, conforme demonstrado no gráfico 11, compostos por 448,7 km em aço e 357,1 km em PEAD.

O principal projeto concluído no ano foi o trecho que interliga os municípios de Bauru a Agudos, com a extensão de 17,1 km construídos em tubulação em aço, diâmetro nominal de 8", com investimento total de R\$ 10,9 milhões, dos quais R\$ 6,3 milhões foram realizados em 2011.

A maior parte dos investimentos do ano foram efetuados no desenvolvimento dos municípios já atendidos através da construção de 33,8 km de redes secundárias. Os municípios que receberam estes investimentos foram Araçatuba, Araraquara, Bauru, Descalvado, Ibitinga, Itápolis, Lins, Marília, Matão, Pederneiras, Porto Ferreira, Ribeirão Preto e São Carlos.

Com isso a Companhia passou a atender 14 municípios com gás natural através de suas redes distribuição.

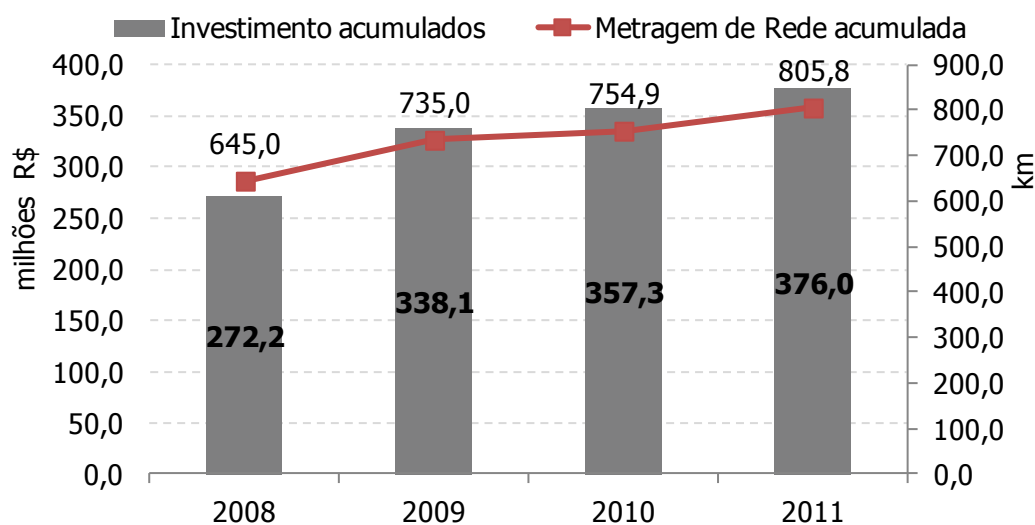


Gráfico 11: Investimentos e Metragem de Rede

Visão Prospectiva

Com a transferência do controle acionário ocorrido em julho de 2011, a Companhia tem como objetivo para 2012 a elaboração do Planejamento Estratégico e do Plano Plurianual de Negócios, priorizando os investimentos para expansão da sua rede de distribuição, com vistas ao atendimento dos compromissos assumidos no Plano de Revisão Tarifária que engloba o período de 2009-2014.

Entre os principais projetos a serem implementados no próximo quinquênio, cujas primeiras fases já estão incorporadas ao orçamento 2012, estão o ramal Anhanguera e o ramal Agudos-Lençóis.

Este último terá investimentos de R\$ 20 milhões, uma rede de 23km e atenderá o município de Lençóis Paulista.

O ramal Anhanguera será a alavanca para o crescimento vertiginoso da Companhia. Contará com 151km de extensão, atenderá diversos municípios do norte de São Paulo, entre eles Sertãozinho, Dumont, Jardinópolis, Orlândia, São Joaquim da Barra, Guará e Igarapava e permitirá o serviço de distribuição de gás natural para atendimento à Usina de Amônia (UFN-V).

Tais investimentos permitirão que a Companhia atinja as metas previstas pelo agente regulador - ARSESP, até 2014, a saber:

- investimentos financeiros (base: novembro/2009) de R\$ 169,2 milhões;
- extensão de rede em 195,3km;
- atendimento de 10.720 novos clientes; e
- volumes de vendas de 1.185 mil m³/dia de gás natural.

7. Gestão de Pessoas

Em 2011 a Companhia teve atuação focada, principalmente, na gestão do processo de mudança decorrente da troca de controle acionário, alinhada às diretrizes apresentadas pela GASPETRO em um trabalho denominado "Plano de Integração".

Na área de formação e qualificação de pessoas a Companhia aderiu a um programa desenvolvido pela GASPETRO em conjunto com a Universidade Petrobras que contempla 290 cursos de treinamento direcionados para os profissionais da indústria de distribuição de gás.

8. Responsabilidade Socioambiental

A Companhia considera que a qualidade de seus serviços, o respeito ao meio ambiente e a garantia da saúde e segurança de seus colaboradores e de todas as partes envolvidas com as atividades de distribuição de gás natural canalizado são fatores de primeira e constante importância para seu sucesso.

Em 2011 a Companhia obteve a recertificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ABNT NBR ISO 9001:2008 em auditoria realizada pelo Órgão Certificador BRTUV acreditado pelo INMETRO e não registrou qualquer tipo de não conformidade, estando 100% adequada a todos os requisitos estabelecidos pela norma de referência.

A gestão eficaz dos processos de trabalho permitiu que os colaboradores da Companhia trabalhassem durante o ano de 2011 sem registro de acidentes com afastamento e sem registro de doenças ocupacionais. Da mesma forma, não se registraram incidentes vinculados diretamente à construção, operação ou manutenção das redes de distribuição que tenham causado danos a terceiros, qualquer tipo de vítima ou qualquer tipo de dano ambiental.

Controle Acionário

A partir de 29/7/2011 a Gas Brasileiro passou a ser controlada da Petrobras Gás S.A. – GASPETRO, empresa do Sistema PETROBRAS, com um capital social registrado de R\$ 587.364 mil.

DIRETORIA EXECUTIVA

Mandato até 29/7/2014

Walter Fernando Piazza Junior	Diretor Presidente
	Diretor de Assuntos Regulatórios
José Waldir Ferrari	Diretor Técnico-Comercial
Bernardo Celestino Prates	Diretor Administrativo-Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato até 29/7/2013

Titulares	Suplentes
Richard Olm	Fabício Bomtempo de Oliveira
Antonio Eduardo Monteiro de Castro	Alexandre Bahia Santiago
Fátima Valéria Araújo Barroso Pereira	Sergio José Kuntz Filho
Alex Sandro Gasparetto	Rodrigo Hervé Quaranta Cabral
José Mauro Gomes	Vago

CONSELHO FISCAL

Mandato até próxima AGO

Titulares	Suplentes
Alexandre Antônio G. Bittencourt	Laurentina Faller Fahrholz
Cláudio José e Silva	Marcelo Amorim Bastos
Liane Ferreira Pinto	Cesário de Souza Gonzalez

9. Demonstrações Financeiras 31/12/2010 e 31/12/2011

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Gas Brasileiro Distribuidora S.A.
São Paulo- SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins

de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 1 de março de 2011, que não conteve qualquer modificação.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Luis Richieri
Contador CRC 1SP260147/O-3

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.549	51.255
Contas a receber de clientes	5	41.441	23.791
Estoques		1.205	954
Impostos à recuperar	8	4.171	4.835
Outros contas a receber		1.394	1.636
		114.760	82.471
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos à recuperar	8	2.223	3.848
Bens da concessão indenizáveis	10	23.297	14.317
Ativo fiscal diferido	9	29.200	29.200
Depósitos judiciais	13	48	111
Outros contas a receber		2.108	1.493
Imobilizado		282	582
Intangível	11	300.658	302.695
		357.816	352.246
		472.576	434.717
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	41.164	19.791
Financiamentos		93	239
Impostos e contribuições a recolher		4.698	3.869
Salários, férias e encargos sociais		1.588	1.653
Outras contas a pagar		366	295
		47.909	25.847
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Financiamentos		21	115
Provisão para contingências	13	11.883	11.616
		11.904	11.731
Patrimônio líquido			
Capital social	14	587.364	587.364
Prejuízos acumulados		(174.601)	(190.225)
		412.763	397.139
		472.576	434.717

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010
Receita líquida			
Receita pela venda de gás	16	213.118	172.028
Receita de construção de infra-estrutura		18.690	19.130
		231.808	191.158
Custo das vendas de gás		(181.289)	(143.530)
Custo de construção de infra-estrutura		(18.690)	(19.130)
		(199.979)	(162.660)
Lucro Bruto		31.829	28.498
Despesas operacionais			
Despesas comerciais	17	(5.345)	(4.815)
Despesas administrativas	17	(14.228)	(13.584)
Outras despesas operacionais líquidas	19	(231)	934
		(19.804)	(17.465)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		12.025	11.033
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	18	(3.227)	(3.467)
Receitas financeiras	18	11.195	7.364
Variações monetárias e cambiais, líquidas	18	(1.701)	1.076
		6.267	4.973
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.292	16.006
Imposto de renda e contribuição social	9	(2.668)	(2.495)
Lucro líquido do exercício		15.624	13.511

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	587.364	(203.736)	383.628
Lucro líquido do exercício	-	13.511	13.511
Saldo em 31 de dezembro de 2010	587.364	(190.225)	397.139
Lucro líquido do período	-	15.624	15.624
Saldo em 31 de dezembro de 2011	587.364	(174.601)	412.763

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.624	13.511
Ajustes para conciliar o resultado com recursos gerados nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	12.015	10.352
Provisão para contingências	267	4.330
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	827	(237)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	29	1.217
	28.762	29.173
(Aumento) diminuição nos ativos		
Contas a receber	(18.477)	(657)
Estoques	(251)	(247)
Impostos a recuperar	2.289	3.691
Outros créditos	(373)	(888)
Depósitos judiciais	63	(37)
(Aumento) diminuição nos passivos		
Fornecedores	21.373	(3.760)
Salários e encargos sociais	(65)	115
Impostos e contribuições a recolher	829	789
Outras contas a pagar	71	(5)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	34.221	28.174
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	(18.687)	(19.248)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(18.687)	(19.248)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamentos	(240)	(280)
Caixa líquido usados nas atividades de financiamentos	(240)	(280)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	15.294	8.646
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	51.255	42.609
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	66.549	51.255
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	15.294	8.646

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.1. Contexto operacional

A Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (a seguir designada como "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A sede social da empresa está localizada em São Paulo. A Companhia é controlada, desde 29 de julho de 2011, pela Petrobras Gás S/A – GASPETRO (empresa sediada no Rio de Janeiro que detém 100% do seu capital social) sendo o gás natural distribuído em seu processo operacional adquirido da empresa do grupo, Petróleo Brasileiro S.A.

A Companhia tem por objetivo preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios, para atendimento dos segmentos industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração, compreendendo também a realização de negócios relacionados ao seu objeto social.

O respectivo Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, órgão anteriormente denominado Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo - CSPE) e a Companhia, com prazo de vigência de 30 anos, contado a partir da data da sua assinatura, com vencimento previsto para 9 de dezembro de 2029, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da Companhia.

Em janeiro de 2003, a Companhia iniciou suas atividades operacionais. Está atendendo usuários nos segmentos residencial, industrial, comercial, automotivo e gás comprimido (GNC), nos municípios de Araçatuba, São Carlos, Descalvado, Porto Ferreira, Matão, Ribeirão Preto, Araraquara, Marília, Lins, Valparaíso, Bauru, Pederneiras, Ibitinga e Itápolis. A rede totaliza 806 km em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 – 755 km).

O plano de expansão da rede em 2012 prevê investimentos da ordem de cerca de R\$ 40,7 milhões. O volume de vendas no final do exercício de 2012 deve atingir 300,6 milhões de m³ (informações não auditadas) representando crescimento de 5,81% em relação ao consumo de 2011 que foi de 284,1 milhões de m³ (2010 - 236,6 milhões de m³).

Ao final do prazo da concessão, caso não haja renovação, operar-se à reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Base de preparação

9.2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria no dia 3 de fevereiro de 2012.

9.2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

9.2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

9.2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota 3 – item (f) – Contrato de Concessão.

9.2.5. Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

9.3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outras contas a receber. Os bens da concessão indenizáveis estão classificados no ativo financeiro ajustados a valor presente, conforme determinam o ICPC 01 e o OCPC 05.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

c. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento efetuado com base no montante de gás natural consumido pelos clientes, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributaria da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda de gás natural, pelo montante efetivamente consumido, deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para liquidação duvidosa é calculada e fundamentada na análise procedida pela administração, que leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos da carteira, a experiência passada, assim como as negociações em andamento, sejam por vias administrativas ou judiciais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Vide Nota explicativa 5).

d. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis estando apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. **Imobilizado**

i. **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada. Não houve adições durante o exercício de 2011.

ii. **Custos subseqüentes**

Gastos subseqüentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii. **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. **Ativos intangíveis**

i. **Concessões governamentais**

Demonstrado ao custo pago na aquisição, deduzido de amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Em virtude do Programa Prioritário de Termoeletricidade - PPT, estabelecido pelo Governo Federal, não ter alcançado os resultados esperados por ocasião da licitação da concessão e da continuidade das incertezas quanto às perspectivas de competitividade do setor de gás natural, objetivando atender às normas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia vem efetuando revisões das projeções futuras de rentabilidade nos últimos oito exercícios sociais.

Essas projeções utilizaram como parâmetro o método de avaliação econômica de geração de fluxos de caixa futuros descontados e revelaram que os investimentos efetuados até aquelas datas não seriam, na sua totalidade, recuperados pelos resultados futuros. Conseqüentemente, reduções extraordinárias do valor recuperável dos ativos foram reconhecidas no resultado dos exercícios de 2002 e de 2003. Tais reduções totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 267 milhões, sendo o valor original pago pela concessão de R\$ 275 milhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essas reduções somente produzem efeitos para fins da apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro quando de sua realização, ao longo do prazo de concessão.

Nos exercícios de 2011 e 2010, as revisões das projeções não indicaram a necessidade de ajustes adicionais do valor recuperável dos ativos. Na projeção efetuada, a Companhia desconsiderou, os efeitos de imposto de renda e da contribuição social, tanto do fluxo de caixa como da taxa de desconto, conforme determinam as práticas adotadas no Brasil.

Melhorias na infra-estrutura são registradas como ativo intangível ou financeiro e amortizados pela expectativa de vida útil do ativo, limitado ao prazo remanescente da concessão.

ii. Bens da concessão indenizáveis

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente. A Companhia terá o direito ao ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Sobre os valores residuais a Companhia realiza o cálculo do valor presente no momento do registro inicial da transação.

iii. Programas de computador (*softwares*)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativo intangível.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos *softwares* para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do *software*.

iv. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de bens da concessão nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo e um passivo de financiamento (arrendamento).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

v. **Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado através do método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, conforme demonstrado na Nota Explicativa 11. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

g. **Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

i. **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

ii. **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos intangível e financeiro com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

identificadas evidências que requeressem ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação.

h. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j. Receita operacional

A receita pela venda de gás natural está registrada pelo valor bruto, ou seja, acrescida de impostos. É reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o comprador mediante a medição do consumo. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

A Companhia também reconhece como receitas, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá no mês subsequente. Nesta modalidade todos os riscos significativos e os benefícios da propriedade do gás foram efetivamente transferidos para os clientes.

Conforme o ICPC 01, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado deve ser considerada como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, neste momento não é reconhecido nenhuma margem para construção da infraestrutura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, ajustes de desconto a valor presente dos ativos financeiros e juros cobrados dos clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente as despesas com atualização monetária das provisões para contingências.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, sobre parcela dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, bem como sobre outras diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro tributável, na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Custo de gás a recuperar

A companhia não está reconhecendo contabilmente os saldos de ativos regulatórios na rubrica custo das vendas, no resultado do exercício correspondente, pelo fato de as mesmas não atenderem aos requerimentos mínimos para serem consideradas como ativo financeiro de acordo com o pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 39 – Instrumentos Financeiros – Apresentação.

9.4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	3.421	20.316
Aplicações financeiras de liquidez imediata	63.128	30.939
	66.549	51.255

Os fundos de investimentos referem-se a aplicações financeiras de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações relacionam-se substancialmente a fundos de investimentos creditórios, cujas taxas variam entre 100% e 105% do Certificado de Depósito Interbancários (CDI) nos dois períodos apresentados acima.

9.5. Contas a receber de clientes

a. Composição

	2011	2010
Contas a receber – Terceiros	45.008	26.531
Menos		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.567)	(2.740)
	41.441	23.791

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Aging-list

	2011	2010
A vencer	39.253	22.498
Vencidos até 60 dias	2.811	1.528
Vencidos de 61 até 180 dias	795	574
Vencidos de 181 até 360 dias	340	-
Vencidos a mais 360 dias	1.809	1.931
	<u>45.008</u>	<u>26.531</u>

c. Movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa

	2011	2010
Saldo no início do exercício	(2.740)	(2.977)
Adições	(1.251)	(98)
Baixas	424	335
	<u>(3.567)</u>	<u>(2.740)</u>

As contas de gás correspondem aos valores efetivamente faturados. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como base a incerteza da capacidade de recebimento total dos valores registrados no contas a receber.

As contas a receber incluem os valores faturados bem como valores ainda não faturados relacionados ao volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ainda não ocorreu, uma vez que os riscos significativos e os benefícios da propriedade do gás foram efetivamente transferidos para os clientes.

d. Custo do gás a recuperar

A Companhia possuía em 31 de dezembro, créditos decorrentes das diferenças entre o custo do gás incluso na tarifa cobrada do Usuário e o custo efetivo do gás pago à Petrobras. Estes créditos foram calculados de acordo com as premissas determinadas no Contrato de Concessão e foram objeto de revisão pelo órgão regulador.

Sua recuperação a favor da Companhia é determinada pelo órgão regulador por ocasião da atualização da tarifa, que ocorre no aniversário da concessão.

Embora estes saldos sejam considerados como direitos da Companhia perante o órgão regulador, os mesmos não estão sendo considerados como ativos financeiros no balanço patrimonial da Companhia devido às disposições contidas nos novos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pronunciamentos e interpretações contábeis vigentes no Brasil, visto que sua realização depende substancialmente de consumo futuro pelos clientes.

	2011	2010
Custo de gás a recuperar (não auditado)	13.894	703

9.6. Partes Relacionadas

Os saldos de transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Resultado

	Receitas operacionais, principalmente por vendas
Petrobras Distribuidora S.A.	3.902
Total 2011	3.902
Total 2010	4.811

Compras de produtos

Petróleo Brasileiro S.A. (Vide Nota explicativa 12)	155.236
Total 2011	155.236
Total 2010	118.184

As vendas realizadas para as partes relacionadas referem-se, substancialmente ao fornecimento de gás natural veicular – GNV. A totalidade deste saldo foi recebido até 31 de dezembro de 2011.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 12, as compras de produtos referem-se ao gás natural adquirido integralmente da Petróleo Brasileiro S.A. e distribuído pela Companhia a seus clientes.

9.7. Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores da Companhia, efetivamente paga e contabilizada até 31 de dezembro de 2011, totalizou R\$ 1.040 (R\$ 1.274 em 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.8. Impostos à recuperar

	2011	2010
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.375	3.211
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	125	887
Outros impostos a recuperar	1.671	737
	4.171	4.835
Não Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.223	3.848
	6.394	8.683

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía valores de créditos de imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS no montante de R\$ 4.598 (R\$ 7.059 em 31 de dezembro de 2010) gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância a legislação vigente. A Companhia estima que a parcela de créditos classificados no não circulante seja recuperada em até 48 meses, sem ocorrência de perdas.

9.9. Impostos de renda e contribuição social

a. Ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 35.623 (R\$ 39.016 em 31 de dezembro de 2010) acumulados, bem como diferenças temporárias, no montante de R\$ 198.515 (R\$ 204.865 em 31 de dezembro de 2010), entre o lucro contábil e o lucro tributável (representadas basicamente pela redução do valor contábil dos direitos de concessão), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, reconhecidos parcialmente na contabilidade, levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

O efeito decorrente dos prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, sobre os quais não foram reconhecidos créditos tributários diferidos totaliza R\$ 50.407 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 53.720 em 31 de dezembro de 2010), como demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Prejuízos fiscais (25%)	8.906	9.754
Base negativa de contribuição social (9%)	3.206	3.511
Diferenças temporárias ativas líquidas, principalmente sobre provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	67.495	69.654
Ativo fiscal diferido	(29.200)	(29.200)
Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	50.407	53.719

b. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.292	16.006
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(6.219)	(5.442)
Diferenças temporárias referentes		
Reversão de parte da provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão, por realização	3.407	3.407
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre os quais não foram reconhecidos créditos tributários diferidos em 2009 – Compensação	1.154	1.076
Outros	(1.010)	(1.536)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.668)	(2.495)
Alíquota efetiva	15%	16%

9.10. Bens de concessão indenizáveis

	2011	2010
Servidão de Passagem	7.194	4.054
Terrenos	395	232
Redes	14.217	9.137
Edificações	882	506
Estações	429	286
Outros	180	102
	23.297	14.317

Tratam-se de ativos que serão revertidos para o Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão pelos valores residuais contábeis.

9.11. Intangível

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Redes	Software	Fibra ótica	Regulagem e medição	Estações	Terrenos	Contrato de concessão	Outros	Total do ativo intangível
Custo									
Saldos em 31 de dezembro de 2010	272.903	6.622	7.416	5.766	7.818	445	8.345	35.155	344.470
Adições	13.160	2.220	392	1.177	806	42	-	890	18.687
(-) Transf. (Bens da concessão indenizáveis)	(8.223)	-	-	-	(143)	(450)	-	(164)	(8.980)
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(32)	(32)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	277.840	8.842	7.808	6.943	8.481	37	8.345	35.849	354.145
Amortização									
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(23.025)	(2.976)	(1.080)	(1.100)	(882)	-	(5.291)	(7.421)	(41.775)
(-) Adições	(7.859)	(1.290)	(306)	(287)	(244)	-	(161)	(1.571)	(11.718)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(30.884)	(4.266)	(1.386)	(1.387)	(1.126)	-	(5.452)	(8.986)	(53.487)
Valor Residual									
Saldos em 31 de dezembro de 2010	249.878	3.646	6.336	4.666	6.936	445	3.054	27.734	302.695
Saldos em 31 de dezembro de 2011	246.956	4.576	6.422	5.556	7.355	37	2.893	26.863	300.658
Taxa média de vida útil	3,33%	20%	4,5%	5%	3,33%	0%	3,33%	2% a 20%	

Em 2011 a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis baseada no CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. O teste de recuperação desses ativos, com base no método de fluxo de caixa descontado, utilizou projeções do custo do gás natural na base das expectativas do andamento dos preços dos óleos que compõem a fórmula de preço do contrato de compra de gás natural com a Petrobras e do cenário da taxa de cambio do dólar. As previsões relativas aos volumes distribuídos, aos investimentos e aos custos foram elaboradas na base do plano de negócio apresentado a ARSESP na 2ª Revisão Tarifária, corrigido na base das últimas informações disponíveis relativas ao mercado, à *interfuel competition*, aos custos unitários de materiais e serviços e aos novos cronogramas de realização das obras. A taxa de desconto utilizada foi a taxa WACC (sigla em inglês que significa o custo médio ponderado de capital), determinada utilizando o CAPM (sigla em inglês que significa modelo de precificação de ativos financeiros). O modelo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

9.12. Fornecedores

O saldo refere-se basicamente aos contratos firmados junto a fornecedores de gás natural, empreiteiras e fornecedores de tubulações, destinados à construção de gasodutos, e está composto como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Partes relacionadas		
Petróleo Brasileiro S.A. - Forneciemnto de gás	34.898	14.641
Terceiros		
Materiais e serviços	5.950	4.835
Outros	316	315
	41.164	19.791

Para atendimento da demanda dos usuários, a Companhia firmou contrato de compra e venda de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para fornecimento de gás natural oriundo da Bolívia, dessa forma, a Petrobras é a única fornecedora de gás natural da Companhia.

9.13. Provisão para contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2011	2010	2011	2010
Multas Arsesp	-	-	9.427	7.467
Contingência Arsesp - 5º City Gate	-	-	787	749
Processos fiscais	4	4	1.128	397
Processos trabalhistas	44	87	541	567
Outros	-	20	-	2.436
	48	111	11.883	11.616

A movimentação da provisão em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é composta conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	11.616
Atualizações monetárias	
Multa ARSESP - metas II, III e auto de infração	1.961
ARSESP - 5º City Gate	38
Fiscais	731
Reversão / utilização	(2.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	11.883

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para a multa contratual aplicada pela ARSESP em 2004 e 2005, no valor atualizado de R\$ 9.017 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 7.019 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao não-cumprimento das metas II e III (incisos II e III do caput da cláusula sétima do Contrato de Concessão ARSESP 002/1999) e fiscalização econômica e financeira, que está sendo discutido na esfera administrativa.

Adicionalmente, a Companhia está se defendendo de ações de naturezas trabalhista e fiscal, envolvendo valores totais não significativos, classificados pela administração como de riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão de perdas.

9.14. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 587.363.600 ações ordinárias nominativas, sendo 100% pertencentes a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro.

9.15. Instrumentos Financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico relacionado a riscos significativos individuais que a Companhia entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2011 a exposição máxima era de R\$ 107.990 (R\$ 75.046 em 31 de dezembro de 2010) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia tem atuação em 100% no mercado nacional, no entanto, as compras de gás sofrem alterações no preço de acordo com a variação cambial do dólar.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio, conforme apresentado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Financiamentos	114	354
Fornecedores	41.164	19.791
Salários e encargos sociais	1.588	1.653
	<u>42.866</u>	<u>21.798</u>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(66.549)</u>	<u>(51.255)</u>
(=) Caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>(23.683)</u>	<u>(29.457)</u>
Patrimônio líquido	412.763	397.139
Patrimônio líquido menos o caixa líquido	<u>389.080</u>	<u>367.682</u>

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros não derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2011, registrados nos ativos e passivos, são compatíveis dos seus valores de mercado, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis
Ativos				
Aplicações financeiras	63.128	-	30.939	-
Contas a receber	-	41.441	-	23.791
Bens de concessão indenizáveis	-	23.297	-	14.317
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	114	-	354
Fornecedores	-	41.164	-	19.791

- Aplicações financeiras – São definidos como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em função do curto prazo de vencimento dessas operações.
- Contas a receber, bens de concessão indenizáveis, empréstimos e financiamentos e fornecedores – São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 63.128 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 30.939 em 31 de dezembro de 2010).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

9.16. Receita operacional

As receitas pela venda de gás para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são as seguintes:

	2011	2010
Receita operacional bruta		
Receita pela venda de gás	270.629	218.423
Deduções		
ICMS	32.478	26.191
PIS	4.465	3.604
COFINS	<u>20.568</u>	<u>16.600</u>
	<u>213.118</u>	<u>172.028</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.17. Despesas por natureza

Despesas Comerciais	2011	2010
Pessoal	1.228	1.128
Serviços de terceiros	2.791	3.377
Provisões (reversões)	846	(229)
Outras	480	539
	<u>5.345</u>	<u>4.815</u>

Despesas Administrativas	2011	2010
Pessoal	4.511	4.277
Administradores	1.040	1.274
Serviços de terceiros	4.087	3.281
Utilidades e ocupação	543	691
Despesas gerais	621	641
Arrendamentos e alugueis	843	773
Taxa de fiscalização	756	585
Depreciação	1.631	1.880
Outras	196	182
	<u>14.228</u>	<u>13.584</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.18. Resultado financeiro

	2011	2010
Despesas financeiras		
Juros	(463)	(456)
Atualização monetária das contingências	<u>(2.764)</u>	<u>(3.011)</u>
	<u>(3.227)</u>	<u>(3.467)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	6.416	3.931
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	<u>4.779</u>	<u>3.433</u>
	<u>11.195</u>	<u>7.364</u>
Variações cambiais líquidas		
Variações cambiais ativas - Compra de gás	1.753	1.870
Variações cambiais passivas - Compra de gás	<u>(3.454)</u>	<u>(794)</u>
	<u>(1.701)</u>	<u>1.076</u>

9.19. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	2011	2010
Receitas - multas contratuais	115	2.261
Prejuízo na desativação de bens e direitos	(1)	(1.141)
Outros	<u>(345)</u>	<u>(186)</u>
	<u>(231)</u>	<u>934</u>

9.20. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas
Ramos	
Incêndio de bens do imobilizado	R\$ 8.000
Responsabilidade civil	R\$ 75.000

9.21. Avais e Garantias

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui uma carta de fiança junto ao Banco Santander S.A., no valor de R\$ 7.000 com vencimento em 31 de agosto de 2012, tendo como obrigação afiançada o cumprimento das metas constantes do Contrato de Concessão referente aos investimentos de construção de redes de distribuição, ainda sob análise da ARSESP.

Composição da Diretoria

Walter Fernando Piazza Junior

Bernardo Celestino Prates

José Waldir Ferrari

Contador

Valter Esperidião Silva

TC-CRC 1SP109756/O-1

10. Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Gas Brasileiro Distribuidora S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, com base no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras – KPMG Auditores Independentes, de 3/2/2012, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, com base nas verificações realizadas, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação do Acionista da empresa.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2012.

Alexandre Antônio Germano Bittencourt

Cláudio José e Silva

Liane Ferreira Pinto